

# Entidades questionam prazo de adesão ao Programa de Regularização Tributária Rural

Tatyana Vendramini

A Comissão Especial responsável pela análise da Medida Provisória nº 793/17, que permite a renegociação de débitos para o pagamento do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural) realizou, nesta semana, audiências públicas com a participação de representantes do Governo e de entidades ligadas aos produtores rurais. Nas duas ocasiões, ficou clara a preocupação com a ampliação do prazo de 29 de setembro para a adesão ao Programa de Regularização Tributária Rural (PRR).

A líder do PSB e relatora da matéria, deputada Tereza Cristina (MS), destacou a complexidade do assunto tratado pela Medida Provisória, tendo em vista o tamanho do País e as peculiaridades de cada Estado. "Temos uma gama de situações, com produtores que recolheram o imposto, aqueles que recolheram uma parte e os que não recolheram com base em liminares. Precisamos conduzir esse processo de maneira responsável ou teremos pequenos produtores que não conseguirão se manter no mercado", ponderou Tereza. O texto em debate recebeu 745 emendas.

Ao aderir ao Programa, o produtor ou a empresa se compromete com o pagamento de uma entrada de 4% sobre o total de seus débitos, em até quatro parcelas mensais, e o restante deve ser quitado em 176 prestações. Essa porcentagem também foi questionada pelos representantes do setor, que alertaram para a necessidade de



Líder socialista, a deputada Tereza Cristina ressaltou a complexidade do assunto tratado pela MP

se reduzir para 1% a entrada, para facilitar o pagamento por parte dos produtores.

Outra questão bastante polêmica diz respeito às dívidas anteriores à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que, em março deste ano, reconheceu a constitucionalidade do Fundo pago por produtores rurais que empregam trabalhadores. O pagamento estava suspenso desde 2011, quando uma liminar determinou que o tributo não fosse recolhido. Repre-

sentantes do setor afirmam que a decisão do STF, com o pagamento retroativo do Fundo, impõe dívida elevadíssima a produtores rurais.

Tereza Cristina afirmou ainda buscar o equilíbrio no texto que será apresentado. "Vamos ouvir os setores para termos juízo de valores sobre o que constará no relatório, tentando ser mais justa possível, não penalizando em demasia o setor rural que pode ter prejuízo, mas também vendo a questão da arrecadação do Governo."

## Investigação

Hugo Leal assumirá sub-relatoria na Comissão Parlamentar Mista da JBS

2

## Política

Danilo Cabral participa de ato contrário ao programa de privatizações do Governo

3

## Entrevista da Semana

Rodrigo Martins avalia trabalhos da Comissão de Defesa de Consumidor

4

Política

## Danilo Cabral participa de ato contra privatizações do Governo Federal

Andrea Leal

“A privatização da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, a Chesf, representa a venda do patrimônio do povo brasileiro, o Rio São Francisco.” A afirmação foi feita pelo presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Chesf, deputado Danilo Cabral (PSB-PE), nesta quarta-feira (13), durante ato contra as privatizações anunciadas pelo Governo Federal.



Deputado é contrário à privatização da Chesf roportos, 15 terminais rodoviários, entre outros.

O movimento, realizado pela Comissão de Legislação Participativa, contou com o apoio também da Frente em Defesa da Soberania Nacional, além de entidades como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Central Única de Trabalhadores (CUT). O auditório Nereu Ramos, na Câmara, estava lotado e diversas categorias gritavam “não à privatização.”

A colocação de faixas e distribuição de adesivos marcou o lançamento da campanha “Diga Não à Privatização do Rio São Francisco”, de iniciativa da Frente Parlamentar em Defesa da Chesf. Os cartazes contaram com frases como “a força do Nordeste não se vende” e “a Chesf é do Brasil”.

No final de agosto, o Governo anunciou pacote com 57 projetos para serem colocados à venda, ou concedidos ao setor privado. Fazem parte da lista a Eletrobrás e suas subsidiárias, como é o caso da Chesf, 14 ae-

Para Danilo Cabral, o encontro mostra a importância de unir todos os interessados em um grande debate em defesa da soberania nacional, inclusive com o engajamento da sociedade. “Temos que barrar o maior desmonte que se encontra em curso no Brasil com esse pacote de privatizações”, acrescentou.

O socialista complementou que a venda da Chesf resultará no sucateamento de uma política de desenvolvimento regional que já dura 70 anos. “Se não fosse a empresa pública, os moradores não teriam acesso à eletricidade. Mais de 12 milhões de nordestinos estão sendo atendidos hoje pelas obras da transposição do Rio São Francisco, não podemos virar as costas para a população mais carente do País”, finalizou.

## Curtas



A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional aprovou, nesta quarta-feira (13), relatório do deputado **Heráclito Fortes (PSB-PI)** ao texto de

Acordo-Quadro entre o Governo do Brasil e os Estados Unidos sobre cooperação nos usos pacíficos do espaço exterior. O Acordo foi assinado pelas partes em março de 2011. Heráclito diz que a exploração do espaço exterior é marcada pela cooperação entre os Estados desde os primórdios, mesmo quando só os Estados Unidos e a extinta União Soviética tinham programas espaciais ativos. Segundo o socialista, o acordo apreciado dará continuidade à colaboração iniciada décadas atrás e fornecerá novo arcabouço jurídico, além de abrir novas fronteiras de cooperação.



A Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia realizará, ainda sem data definida, audiência pública para debater sobre

a energia renovável e solar fotovoltaica. O requerimento para realização da audiência, de autoria do presidente do Colegiado, deputado **Valadares Filho (PSB-SE)**, foi aprovado nesta quarta-feira (13). Valadares explica que a energia solar é considerada uma fonte limpa, renovável e de baixo custo. Além disso, o território brasileiro oferece as melhores condições do planeta para aproveitar essa energia, pois tem a maior taxa de irradiação solar do mundo. No entanto, a exploração dessa alternativa ainda é tímida, inferior a 1% da matriz energética.

Acompanhe as últimas novidades do PSB também pelo nosso site.



Como fazer?

Instale um leitor de QR Code no seu smartphone, Ipad ou Ipod Touch; Com o leitor, posicione o celular a centímetros de distância do código até que ele visualize toda a barra; Fotografe o código e espere a página abrir no seu navegador.

Saúde

## JFC questiona MS sobre licitação para compra Fator VII Recombinante

Andrea Leal

O presidente da Frente em Defesa da Hemobrás, deputado João Fernando Coutinho (PSB-PE), está preocupado com as últimas iniciativas do Ministério da Saúde (MS) que poderão trazer prejuízos irreparáveis a Empresa Brasileira de Hemoderivados (Hemobrás). Na sexta-feira (8), o Ministério publicou aviso de audiência pública para licitar a compra do Fator VIII Recombinante (FVIIIr) em quantitativo para o ano de 2018, correspondente a 60% do valor total comprado em 2017, por intermédio da Hemobrás.

De acordo com o socialista, essa licitação fará com que a Hemobrás não consiga cumprir com suas obrigações de fornecimento. A estatal foi criada em 2004 para dar autonomia ao Brasil na produção de hemoderivados. Em 2010, a empresa iniciou, em Pernambuco, a construção da sua fábrica, com tecnologia para processamento do plasma e ficou definido que o Ministério da Saúde só iria adquirir Fator VII Recombinante da Hemobrás, para o tratamento de pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS).

Para fornecer a produto utilizado no tratamento dos hemofílicos, a

Hemobrás firmou, em 2012, Parceria para Desenvolvimento Produtivo (PDP) com a empresa Shire. A multinacional ficou responsável, até 2022, por transferir tecnologia para a estatal, o que tornará o País autossuficiente na produção do FVIIIr. Até lá, a Shire é a responsável pelo fornecimento do produto. Segundo Coutinho, a publicação de licitação anunciada pelo MS, fere o contrato a PDP e resultará no esvaziamento das atribuições da Hemobrás.

Para o parlamentar, o Ministério age de forma confusa e desrespeita os contratos vigentes. “Ao que parece, querem burlar o que determina a Lei, que é o cumprimento da PDP”, lamentou o socialista. JFC afirmou que, na próxima semana, a Frente se reunirá para tomar as medidas necessárias para o fortalecimento da estatal.

O risco da medida tomada pelo Ministério da Saúde é de desabastecimento do mercado. Além disso, como a PDP está vigente, o MS não pode abrir concorrência para a compra de recombinantes, o que causa insegurança jurídica.

**Memória** — A polêmica em torno da Hemobrás teve início em abril, quando o Ministério da Saúde publicou Portaria em que retirava



Deputado preside Frente em Defesa da Hemobrás

da Hemobrás a responsabilidade do fracionamento do plasma captado no Brasil. A Portaria sugeriu a abertura de outra fábrica, no modelo de consórcio, dessa vez em Maringá, no Paraná, Estado de origem do ministro da Saúde, Ricardo Barros. A empresa suíça Octapharma ficaria responsável por fornecer o FVIIIr por 25 anos, mas sem transferir tecnologia para a empresa brasileira.

O Ministério Público (MP) e o Tribunal de Contas da União (TCU) questionaram a decisão do Ministério e pediram que o MS apresentasse estudos que explicassem essa mudança, uma vez que já foram investidos cerca de R\$ 1 bilhão na fábrica da Hemobrás, em Pernambuco. Enquanto analisa a questão, o TCU acatou liminar para que o PDP seja mantido.

### Investigação

## Hugo Leal é escolhido para sub-relatoria na CPMI do grupo JBS

Rhafael Padilha com Agência Senado

O deputado Hugo Leal (PSB-RJ) foi anunciado, na terça-feira (12), para sub-relatoria da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) criada para investigar as atividades do grupo JBS.

O socialista ficará responsável pelos Assuntos Fiscais, Previdenciários e Agropecuários. Os deputados Carlos Marun (PMDB-MS) e Fernando

Francischini (SD-PR) serão relator e sub-relator, respectivamente.

“Nosso papel é eminentemente político, pelo debate característico do parlamento, porém aqui deve ser um trabalho profícuo e técnico, em busca do aperfeiçoamento legislativo. Somos representantes do povo e devemos devolver com a verdade a confiança depositada em nós”, disse o parlamentar. O presidente da comissão, senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO), afirmou em entrevista coletiva que

confia na independência dos três parlamentares escolhidos.

**Irmãos Batista** — O colegiado já conta com requerimentos para que sejam ouvidos os irmãos Joesley e Wesley Batista, donos da empresa J&F. Esses requerimentos podem ser votados nas próximas reuniões. Também existe a intenção de ouvir Ricardo Saud, executivo do grupo dos irmãos Batista. Ele e Joesley chegaram nesta segunda-feira a Brasília, onde ficarão presos.

## Deputado Rodrigo Martins avalia primeiro semestre à frente da CDC

Andrea Leal

*Em entrevista especial ao PSB na Câmara, o presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, deputado Rodrigo Martins (PSB-PI), faz o balanço do primeiro semestre à frente do colegiado. Este ano, até julho, já foram aprovados 58 projetos de lei, 41 requerimentos, dois projetos de decreto legislativo, uma proposta de fiscalização financeira e controle e um projeto de lei complementar. O maior número de propostas aprovadas foi direcionado ao setor de indústria e comércio, seguido de telefonia e serviços públicos essenciais. Rodrigo falou também das expectativas do colegiado para o segundo semestre.*

**Deputado, à frente da Comissão de Defesa do Consumidor, o senhor se propôs a dar celeridade às propostas que tramitam no colegiado. Como foi esse trabalho?** Observando a pauta da Comissão de Defesa do Consumidor, onde muitos projetos estavam parados, nós decidimos buscar alternativas dentro do regimento interno da Câmara para colocar em prática o prazo de entrega de relatórios dos projetos em tramitação no colegiado. Dessa forma, com a contribuição dos deputados, em busca do compromisso com o consumidor brasileiro, implementamos este ano uma forma de trabalho mais ágil.

**O senhor conseguiu que o colegiado debatesse e aprovasse temas polêmicos, como a proibição da franquia de bagagem e a franquia de internet. Para o senhor, qual a importância desses temas aos consumidores?** Na verdade, são dois temas de suma importância porque mexe diretamente com o consumo. Em relação à bagagem, uma ação da Agência de Aviação Civil, no meu ponto de vista, muito equivocada, deu liberdade às empresas vende-



rem, separado, a franquia de bagagem. Mas para o consumidor é apenas uma sub cobrança, pois o valor dessa passagem não passou a ser descontado no valor da passagem comprada. Buscando resolver esse problema, aprovamos um Projeto de Decreto Legislativo, que está em tramitação na Casa, e cobramos do presidente Rodrigo Maia para que leve essa matéria diretamente ao Plenário, devido a sua importância. A internet é uma força motriz do desenvolvimento. A Anatel tem uma resolução que proíbe empresas de internet banda larga fixa a cortarem franquia de consumo de internet. E nós buscamos dar uma legalidade para amparar essa resolução. Eu tive oportunidade de relatar esse projeto na Comissão.

**O colegiado aprovou relatório do senhor ao Projeto de Lei nº 3.515/15, que trata do superendividamento. Como foi a tramitação dessa proposta?** O superendividamento é um problema que tem se agravado ainda mais com a crise econômica que estamos vivendo nos últimos anos. É um tema que há muito tempo tramitava na Comissão. Assim que assumi a presidência, soube da dificuldade em aprová-lo, tendo em vista que os bancos são as únicas empresas que conseguem lucrar de maneira absurda e muitas vezes com atos de ilegalidade. Enfrentamos uma pressão muito forte por conta dos órgãos bancários, das financeiras, mas conseguimos aprovar o PL que,

entre outras medidas, proíbe fornecedores a assediarem o consumidor a contratar determinado produto, serviço ou crédito.

**Para o senhor, as categorias em que tiveram maior número de projetos aprovados são as que mais demandam reclamações dos consumidores?** Temos um acompanhamento semanal sobre essas reclamações. Fizemos uma parceria muito forte com o Ministério da Justiça e com a Secretaria Nacional do Consumidor e estamos trocando informações. A telefonia é disparada a maior em reclamações. Quer seja por conta da internet, por cobrança indevida ou por algum tipo de produto que você não tenha contratado e está em seus pacotes. A Comissão está atenta para cobrar dos órgãos reguladores e empresas a melhor qualidade ao consumidor, em forma de lei.

**O senhor já tem algum tema que considere prioridade para ser tratado no segundo semestre?** Temos muitos temas importantes. Eu acredito que a prioridade hoje é dar melhor segurança jurídica ao consumidor nas questões financeiras, como no caso do superendividamento ou na questão de dados que são compartilhados sem conhecimento do cidadão entre um banco e outro. Nosso intuito é fazer com que a Comissão continue no mesmo ritmo, mas com atenção especial sobretudo a essa questão do super juro no Brasil.